

# Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

## Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Cultura

### Ata da 111ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

001 Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às quatorze horas,  
002 realizou-se no auditório da Biblioteca Pública Estadual, à Avenida João Batista  
003 Parra, 165, Praia do Suá, Vitória/ES, a centésima décima primeira Reunião  
004 Ordinária do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, com as  
005 presenças do Secretário de Estado da Cultura, João Gualberto Moreira  
006 Vasconcellos, Presidente do CEC; e dos conselheiros: Roberto Rodrigues de Melo  
007 - Câmara de Artes Cênicas; Bernadette Rubim Teixeira - Câmara de Artes  
008 Visuais; Igor Pontini Mesquita - Câmara de Audiovisual; Viviane Lima Pimentel -  
009 Câmara de Patrimônio Arquitetônico, Bens Móveis e Acervos; Sebastião Ribeiro  
010 Filho - Câmara de Patrimônio Ecológico, Natural e Paisagístico; Geovan João  
011 Alves da Silva - Câmara de Bens Imateriais; Henrique Luiz Custódio - Região  
012 Centro-Norte; Valquíria Rigon Volpato - Região Sul; Lilia Jonat Stein e Dulciele  
013 Stein Suela - Região Serrana; Mirtes Ângela Moreira Silva - SEDU; e Thainá  
014 Venâncio Pereira - SETUR. Após a verificação, às quatorze horas e vinte minutos,  
015 o Presidente cumprimentou a todos e abriu os trabalhos. A Secretária Executiva  
016 prosseguiu com o primeiro ponto da pauta, aprovação da Ata da 110ª reunião  
017 ordinária do CEC. Certificou-se de que todos haviam recebido a Ata e feito a  
018 leitura. Informou que haviam sido feitas as correções solicitadas por email, e que  
019 a Ata havia sido encaminhada novamente, para conhecimento de todos. Não  
020 havendo manifestações contrárias, colocada em votação, a Ata da 110ª reunião  
021 ordinária do Conselho Estadual de Cultura foi aprovada por unanimidade, pelos  
022 conselheiros presentes. Passando ao item seguinte da pauta, análise e  
023 deliberação dos Pareceres das Câmaras Técnicas e Temáticas: Câmara de  
024 Patrimônio Arquitetônico, Bens Móveis e Acervos. Processo nº 63630303, que  
025 solicita a renovação do Certificado de Entidade Cultural para o Instituto Modus  
026 Vivendi. A conselheira Viviane Pimentel fez a leitura do Parecer da Câmara,  
027 favorável ao deferimento do pedido, tendo em vista que o Instituto Modus  
028 Vivendi encaminhou toda a documentação necessária e que atendeu os requisitos  
029 previstos na Resolução CEC 001/2009. Após a leitura, não havendo  
030 manifestações contrárias, colocado em votação, o Parecer Técnico CPABMA nº  
031 052/2018, emitido pela Câmara de Patrimônio Arquitetônico, Bens Móveis e  
032 Acervos, favorável à concessão da renovação do Certificado de Registro de  
033 Entidade Cultural para o Instituto Modus Vivendi foi aprovado, por unanimidade,  
034 pelos conselheiros presentes. Passando ao item seguinte da pauta, Processo nº  
035 77040457, Minuta da Resolução das Medidas Mitigadoras e Compensatórias, para  
036 regularização das obras irregulares em imóveis localizados nos Sítios Históricos  
037 tombados pelo CEC. O arquiteto Rodrigo Zotelli explicou que já há algum tempo a  
038 Gerência de Memória e Patrimônio da Secult vem estudando e discutindo alguns  
039 mecanismos para regularizar as intervenções que foram feitas sem a autorização  
040 do Conselho ou de forma irregular, mas que poderiam ser desfeitas, reparadas ou  
041 revertidas. Disse que, mesmo que essas situações possam ser revertidas, seria  
042 importante que houvesse alguma penalidade, e que nesses casos, os processos  
043 são encaminhados para o Ministério Público, mas que o ideal seria que o Conselho  
044 utilizasse um instrumento próprio, ou seja, uma Resolução. Comentou sobre  
045 algumas obras irregulares que haviam sido regularizadas através de reuniões de  
046 conciliação entre os proprietários, a Prefeitura e a Secult, que tiveram resultados  
047 muito favoráveis. Inicialmente em imóveis do Sítio Histórico de Muqui, utilizando  
048 os mesmos parâmetros para todos, cada caso com suas particularidades,  
049 definidos nessa minuta de Resolução das Medidas Mitigadoras. Informou que essa  
050 minuta será encaminhada para a Procuradoria Geral do Estado e que após  
051 análise, voltará ao CEC, para apreciação da plenária. A conselheira Viviane

# Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

## Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Cultura

### Ata da 111ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

052	Pimentel esclareceu que a Mariana Menezes, arquiteta da GMP, havia feito várias
053	simulações, baseadas em um trabalho de mestrado do Rodrigo, até chegar a
054	parâmetros aceitáveis e positivos, e que as reuniões de conciliações tiveram
055	resultados muito bons e em um tempo muito curto. O conselheiro Sebastião
056	Ribeiro comentou que essa questão poderia ser resolvida com a criação do
057	Instituto do Patrimônio. Passando ao item seguinte da pauta, Câmara de
058	Patrimônio Ecológico, Natural e Paisagístico, o conselheiro Sebastião Ribeiro fez a
059	leitura da Proposta de Indicação, referente ao entorno do Monumento Natural
060	Pico do Itabira, localizado em Cachoeiro de Itapemirim. Após a leitura, não
061	havendo manifestações contrárias, colocada em votação, a Proposta de Indicação
062	nº 03/2018, emitida pela Câmara de Patrimônio Ecológico, Natural e Paisagístico,
063	foi aprovada por unanimidade, pelos conselheiros presentes, e será encaminhada
064	para o IEMA e para a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim. A seguir, antes de
065	iniciar a leitura do Parecer, o conselheiro informou que ele havia sido feito a
066	partir de um Parecer da Câmara de Patrimônio Ecológico, Natural e Paisagístico,
067	emitido pelo ex-conselheiro Alessandro Bayer, em 2014, contendo mapas e toda
068	a legislação que envolve o entorno do Pico do Itabira. Disse que foi feita uma
069	pesquisa e um levantamento de todo o histórico, desde a criação do Parque
070	Municipal do Itabira, em 1988, passando pelo tombamento estadual, em 1999,
071	pela alteração para Parque Ecológico, em 2001, e por outra alteração para
072	Reserva de Desenvolvimento Sustentável, em 2005. Foi alterado novamente para
073	Monumento Natural, em 2008, até que, em 2014 uma Lei Municipal, ampliou,
074	redimensionou e reposicionou a Unidade de Conservação e a Zona de
075	Amortecimento do Monumento Natural do Itabira, mantendo o enquadramento no
076	SNUC da Unidade de Conservação enquanto Monumento Natural, mas alterou
077	seus objetivos. Explicou que foram feitas várias alterações e sobreposições
078	através de leis e decretos, ao longo do tempo, até que o Ministério Público
079	resolveu suspender toda essa legislação e solicitar um novo estudo para
080	regularizar essa área. Finalizou dizendo que o pleito do Conselho do Plano Diretor
081	Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, que solicitou a anuência deste Conselho
082	para inclusão de uma Zona de Ocupação Controlada nas proximidades do
083	Monumento Natural Pico do Itabira, não tem, no entendimento da Câmara, como
084	ser atendido por este Colegiado, por contrariar as normas expostas e analisadas
085	no Parecer, notadamente as do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da
086	Natureza, motivo pelo qual a Câmara opinou pelo indeferimento da solicitação.
087	Não havendo manifestações contrárias, colocado em votação, o Parecer Técnico
088	CPENP Nº 07/2018, emitido pela Câmara de Patrimônio Ecológico, Natural e
089	Paisagístico, foi aprovado por unanimidade, pelos conselheiros presentes, e será
090	encaminhado para o Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, para o
091	Conselho do Plano Diretor do Município, para a Secretaria Municipal do Meio
092	Ambiente, e para o representante do Ministério Público. A seguir, o conselheiro
093	Sebastião Ribeiro fez a leitura do Parecer, referente ao Processo nº 83552316, de
094	solicitação de análise para implantação de placas educativas e de sinalização nas
095	Dunas de Itaúnas. A Câmara foi favorável à aprovação da proposta, condicionada
096	ao atendimento das condições sugeridas no Relatório Técnico GMP CB 002/2018,
097	que deverá acompanhar o referido Parecer, considerando que a sinalização não
098	causará impacto negativo ao bem tombado. Não havendo manifestações
099	contrárias, colocado em votação, o Parecer Técnico CPENP Nº 08/2018, emitido
100	pela Câmara de Patrimônio Ecológico, Natural e Paisagístico, foi aprovado por
101	unanimidade, pelos conselheiros presentes. Passando ao item seguinte da pauta,
102	Câmara de Bens Imateriais. Apresentação da Proposta de alteração da Lei nº

# Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

## Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Cultura

### Ata da 111ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

103	6.237/2000, que Cria o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, como
104	instrumento de acautelamento e institui o Programa Estadual de Bens Culturais
105	de Natureza Imaterial, realizada pela Comissão criada com esta finalidade. O
106	conselheiro Geovan Alves comentou que a lei em vigência não atende a algumas
107	questões importantes do Patrimônio Imaterial, que precisam de proteção, e por
108	essa razão a necessidade de se fazer essa alteração. Lembrou que a Comissão foi
109	formada por integrantes do CEC, da SECULT, da UFES, da SEDU, e do IPHAN.
110	Rodrigo informou que essa lei havia sido publicada pouco antes da lei federal, que
111	tem as mesmas características, mas que faltaram alguns detalhes, que deverão
112	ser sanados com essa alteração. Fez a leitura da minuta de lei, proposta pela
113	Comissão. Após a leitura, os conselheiros se manifestaram com relação a
114	algumas correções de texto e conteúdo. Depois de anotadas as alterações, não
115	havendo manifestações contrárias, colocada em votação, a minuta de alteração
116	da Lei nº 6.237/2000, proposta pela Comissão, foi aprovada por unanimidade,
117	pelos conselheiros presentes. A seguir, Rodrigo informou que essa minuta será
118	encaminhada para a PGE e, posteriormente, para o Gabinete do Governador,
119	preferencialmente no início do próximo Governo, para que seja enviada para a
120	Assembleia Legislativa. Passando aos assuntos gerais, o conselheiro Henrique
121	Custódio presenteou ao Presidente e a mim, Secretária Executiva do CEC, com
122	uma escultura de sua autoria, como reconhecimento e agradecimento pelo
123	trabalho e participação no Conselho Estadual de Cultura, e pelo apoio à Cultura
124	Capixaba. A seguir, a conselheira Viviane Pimentel perguntou sobre a questão do
125	Porto Central e Rodrigo informou que havia recebido um email da senhora Sueli
126	Tonini, informando que eles haviam tido um contratempo, que não iriam
127	conseguir apresentar o material solicitado, no prazo comprometido, e que esse
128	material seria entregue em janeiro. O conselheiro Sebastião Ribeiro elogiou o
129	trabalho da Secretária Executiva e lembrou que já havia dito que o Governador
130	Paulo Hartung não prestigiava a cultura capixaba, mas que mesmo assim, o
131	Secretário João Gualberto conseguiu realizar um trabalho de visão e muito
132	abrangente no Estado. Convidou a todos para participarem do Festival Capixaba
133	de Literatura, que acontecerá no sábado, às dezoito horas, no SESC Glória, onde
134	ele estará com João Moraes, compositor e cronista cachoeirense, conversando
135	sobre Letra e Música. A seguir, o conselheiro Igor Pontini perguntou ao Secretário
136	sobre o andamento do Edital de Audiovisual, que havia sido paralisado por conta
137	de um acordo com a ANCINE, e o Secretário informou que a Catarina havia
138	recebido um email, da ANCINE, requerendo várias modificações. Disse que
139	estavam analisando para fazer as alterações necessárias e que talvez fosse
140	necessário encaminhar para a PGE. Comentou que a data limite para ser lançado
141	é até dia 31 de dezembro. A seguir, o conselheiro agradeceu ao Secretário pela
142	parceira e pelo apoio que sempre receberam da Secretaria de Cultura,
143	colaborando com os avanços do setor do Audiovisual. A conselheira Mirtes Silva
144	falou sobre a grande parceria realizada entre a SECULT e a SEDU, e agradeceu
145	pelo apoio técnico recebido. Disse que foram desenvolvidas muitas ações nas
146	áreas culturais de música, teatro e dança, com profissionais dentro das escolas e
147	instrumentos para os alunos, fechando o ano com a Orquestra Sinfônica Jovem.
148	Convidou a todos para assistirem à apresentação da Orquestra Sinfônica Jovem,
149	no Parque da Vale, domingo, às onze horas. Comentou que o Secretário João
150	Gualberto está colaborando na escrita do Documento Curricular de História da
151	Rede Estadual. A seguir, o conselheiro Geovan Silva agradeceu ao Secretário João
152	Gualberto por ter sido muito presente, em vários momentos da cultura capixaba,
153	acompanhando, assistindo e presenciando as necessidades e demandas do povo

# Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

## Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Cultura

### Ata da 111ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

154	negro. A seguir, o senhor Jorge Egbert informou que em 2016 foi feito um pedido
155	à SECULT, para esclarecer sobre prestação de contas, referente ao COMPETE, Lei
156	10.568, que estabelece recolhimento de ICMS. Disse que uma porcentagem da
157	arrecadação de ICMS do Estado ia para o Sindicato do Comércio Atacadista e
158	Distribuidor do Espírito Santo - SINCADES, e que depois que ele foi extinto, ficou
159	sabendo que essa porcentagem havia sido direcionada para a SECULT. Disse que
160	gostaria de saber o que é feito com esse dinheiro. Fez a leitura de um Ofício,
161	emitido pela Associação Capixaba de Músicos Profissionais - ACAMP, renovando
162	esse pedido de informação. O Presidente explicou o que é o COMPETE e informou
163	que o SINCADES, que passou a ser o Instituto SINCADES, foi extinto em 2015,
164	pelo Governador Paulo Hartung. Disse que após a extinção, a arrecadação dos
165	impostos (ICMS) passou a ser destinada integralmente para o caixa do Governo.
166	Esclareceu que essa verba nunca foi para a Secretaria de Estado da Cultura, que
167	os orçamentos são públicos, e que qualquer pessoa pode ter acesso a eles. A
168	seguir, agradeceu a participação e a presença de todos os conselheiros nas
169	reuniões plenárias e disse que o Governo havia escolhido uma pessoa muito boa
170	e competente para assumir a Secretaria de Cultura. Falou um pouco sobre as
171	eleições do próximo mandato do CEC, que deverão acontecer até maio de 2019.
172	Despediu-se do Conselho dizendo que havia percebido avanços importantes com
173	relação aos Editais da Cultura. Comentou o momento político, não muito
174	favorável, com a extinção do Ministério da Cultura e encerrou sua fala dizendo
175	que ficou muito feliz com a indicação do Fabrício Noronha para assumir a
176	Secretaria de Estado da Cultura. A seguir, a senhora Jucília falou em nome da
177	Associação Capixaba do Circo, agradecendo por todo o apoio que recebeu da
178	equipe da Secult e do Secretário João Gualberto, durante a sua permanência na
179	Secretaria. Finalizando, Lucimar Costa, ex-conselheiro e atual Subsecretário de
180	Cultura de Cachoeiro de Itapemirim, comentou que foi conselheiro durante quatro
181	anos e nos quatro anos seguintes foi amigo do Conselho, e que essa experiência
182	ajudou muito ao Conselho e à Secretaria de Cultura de Cachoeiro de Itapemirim.
183	Falou da importância da participação e da presença do Secretário de Cultura no
184	interior do Estado, e disse que o Secretário João Gualberto esteve muito presente
185	e apoiou vários projetos nos municípios. Comentou que os municípios precisam
186	muito desse apoio e defendeu a permanência das Câmaras Regionais no CEC.
187	Agradeceu ao João e disse que sentirá muito a sua falta. O conselheiro Sebastião
188	Ribeiro fez um informe sobre a Lei Rouanet e disse que dificilmente ela será
189	extinta. Sobre as Câmaras Regionais, sugeriu criar Conselhos Regionais, a
190	exemplo dos Conselhos de Meio Ambiente, e disse que dessa forma acha que o
191	sistema irá funcionar melhor. Encerrando a reunião, eu, Secretária Executiva do
192	CEC, agradei a participação e o empenho de todos os conselheiros durante esse
193	mandato e convidei a todos para tirarem uma foto. O Presidente encerrou a
194	reunião, e eu, Maria Angélica Tulli Netto, Secretária Executiva do CEC, lavro a
195	presente Ata, que vai assinada por mim, pelo Presidente e por todos os
196	conselheiros presentes. Vitória, 26 de novembro de 2018.

01. João Gualberto Moreira Vasconcellos: \_\_\_\_\_
02. Roberto Rodrigues de Melo: \_\_\_\_\_
03. Bernadette Rubim Teixeira: \_\_\_\_\_

# Secretaria de Estado da Cultura - SECULT Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Cultura

## Ata da 111ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura - CEC

04. Igor Pontini Mesquita: \_\_\_\_\_
05. Viviane Lima Pimentel: \_\_\_\_\_
06. Sebastião Ribeiro Filho: \_\_\_\_\_
07. Geovan João Alves da Silva: \_\_\_\_\_
08. Henrique Luiz Custódio: \_\_\_\_\_
09. Valquíria Rigon Volpato: \_\_\_\_\_
10. Lilia Jonat Stein: \_\_\_\_\_
11. Dulciele Stein Suela: \_\_\_\_\_
12. Mirtes Ângela Moreira Silva: \_\_\_\_\_
13. Thainá Venâncio Pereira: \_\_\_\_\_